

POLÍTICA

Conselho de Ministros aprova notificações electrónicas

O objectivo é converter um procedimento arcaico e caro num sistema que leve as notificações do Estado ao *email* de cada cidadão. Pelo caminho, o Governo prevê poupar mais de 21 milhões de euros em 2017

Estado
São José Almeida

O Conselho de Ministros vai aprovar hoje uma proposta de lei que determina o direito de as pessoas poderem receber todas as notificações do Estado por via electrónica num *email* que decidirem associar aos seus dados de identificação civil.

A medida “introduz a possibilidade de as pessoas e as empresas fidelizarem uma morada digital” para receberem as notificações do Estado, explica ao PÚBLICO Graça Fonseca, secretária de Estado adjunta e da Modernização Administrativa.

Graça Fonseca é responsável pelo diploma e pela instalação do novo sistema de notificações que é um momento decisivo na desmaterialização dos procedimentos do Estado, anunciada a 19 de Maio, com data de arranque prevista para 2017, pelo primeiro-ministro, António Costa, quando apresentou o programa Simplex+, de que esta medida faz parte. O novo sistema de notificações foi ontem à tarde apresentado pela secretária de Estado em reuniões separadas aos parceiros parlamentares do PS, o BE, o PCP e o PEV, depois de ter sido aprovado em reunião de secretários de Estado.

“Hoje, as pessoas têm uma morada física para onde é enviada a correspondência do Estado”, sublinha Graça Fonseca, explicando que a mudança agora aprovada “passa por os cidadãos poderem associar à sua identificação civil uma morada electrónica, as empresas poderem associá-la ao seu registo comercial e os estrangeiros que trabalham em Portugal ao seu número de identificação fiscal”.

Esta associação pode ser efectuada “numa loja de cidadão ou através do portal *online* do Estado”, no qual cada pessoa “tem de se identificar” para ter acesso, adianta a secretária de Estado. E sublinha: “A indicação de morada digital por cada pessoa é voluntária.”

Passo decisivo para esta mudança será a criação de “uma plataforma transversal a que deverão aderir to-



Graça Fonseca lembra que até 2015 o Estado gastava mais de cem milhões de euros por ano com as notificações por via postal

85

Um total 85 milhões de euros está previsto no OE 2017 para as notificações por correio postal. O Governo prevê poupar 25% entre Julho e Dezembro

6

É o número de meses, correspondente ao segundo semestre do ano, em que o novo sistema de notificações deverá funcionar já em 2017

75%

Cinco anos depois da criação do novo sistema de notificações electrónicas, o Governo prevê que 75% do universo das notificações se façam assim

85%

A Dinamarca tem este sistema há mais de dez anos. Hoje abrange 85% das notificações. A Estónia aderiu há cinco anos e atingiu já a quase totalidade

das as entidades públicas”, como as da Justiça, Finanças e Segurança Social, acrescenta Graça Fonseca, E que destaca: “Se todas usarem a mesma plataforma, essa centralização permite mais segurança.” Além disso, para que o regime de notificações electrónicas possa ser equiparado ao que já existe para as notificações físicas, “as notificações electrónicas que serão enviadas através da plataforma do Estado terão hora e data”.

Em termos de custos, este sistema permitirá poupar cerca de 25% da verba prevista para notificações já na segunda metade de 2017. “No Orçamento do Estado para 2017 para notificações do Estado está incluída uma verba de 70 milhões de euros, mais 15 milhões para as notificações

da Segurança Social, num total de 85 milhões de euros”, assume Graça Fonseca, salientando que, “até 2015, as despesas com envio de notificações do Estado através de correio postal atingiram sempre valores superiores a cem milhões de euros”.

Assim, “em 2017, ano em que o novo sistema estará em vigor em princípio durante meio ano, aponta-se para uma diminuição de 25% dos 85 milhões previstos”, prossegue, considerando que esta “é uma previsão realista num cenário optimista”. O Governo prevê assim poupar cerca de 21.250 milhões de euros.

Para atingir este objectivo, a proposta de lei seguirá com carácter “prioritário” para o Parlamento para ser aprovada e permitir a posterior



Sistema de pesquisa no Diário da República será muito parecido com um motor de busca

Miguel Prata Roque
Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros



Diário da República aberto online

O secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Prata Roque, disse ontem à Lusa, no Parlamento que as novas funcionalidades do *Diário da República online* deverão estar disponíveis a partir de 22 de Dezembro.

No Conselho de Ministros de hoje serão aprovadas “alterações ao regime jurídico” que o permitem. De acordo com Prata Roque, passará a existir “um mecanismo de pesquisa que já não depende

da identificação concreta do diploma; é um sistema operativo muito amigo do utilizador”, explicou, acrescentando que o sistema é “muito parecido com um motor de busca”. Todo o *Diário da República* vai estar acessível de forma gratuita e passa a incluir “a consolidação de diplomas e um dicionário jurídico”. Em 2017, os cidadãos portadores de deficiência visual vão passar a ouvir “as legendas dos ecrãs de pesquisa”, o que lhes permite entrar nos diplomas que pretendem.

mente todas as notificações vão já através de correio electrónico”.

Para a secretária de Estado, o objectivo do Governo é “criar condições para explicar às pessoas que existem várias mais-valias em receber electronicamente as notificações” – ainda que reconheça que “as gerações mais novas, com mais perfil de mobilidade, são o universo favorito”.

Entre as vantagens deste novo sistema, Graça Fonseca destaca o facto de ele “permitir que cada pessoa receba as notificações na morada electrónica que escolher” facultar ao Estado, mas sendo “a pessoa a indicar” o *email* que quer, já que “o Estado não tem de indicar a morada digital onde cada pessoa deve receber as notificações”.

Isto é salientado por Graça Fonse-

ca, que lembra que, “muitas pessoas têm mais de um *email*, pelo menos um pessoal e um de trabalho”. “A pessoa pode escolher o que quiser” e “receber toda a correspondência numa só morada electrónica”.

Por outro lado, a governante sublinha que a solução encontrada possibilita que, “quando está no estrangeiro, cada cidadão não tem de deixar alguém encarregado de ir à caixa física de correio”, nem ter de “deixar alguém como procurador”, podendo “receber as notificações no *email* a que se acede através do *smartphone* ou de um computador”. E conclui que “as grandes mais-valias para as pessoas são as da facilidade, comodidade e simplicidade”.

são.jose.almeida@publico.pt

adaptação a este procedimento “do registo civil e do registo comercial”, diz Graça Fonseca. “Depois da lei aprovada será lançado um concurso público para montar a plataforma. Prevemos que até Julho possamos ter uma solução a funcionar.”

De acordo com a secretária de Estado, o Governo estima que, “em cinco anos, se atinja um universo de 75% do potencial”. Este cálculo é feito com base na experiência dos dois países europeus que já adoptaram este procedimento: a Dinamarca e a Estónia. “A Dinamarca tem este sistema há mais de dez anos e hoje em dia 85% das notificações públicas são electrónicas”, explica Graça Fonseca. Adianta que, “na Estónia, um país mais pequeno, este sistema começou há cinco anos e pratica-

CHEGADA DO PAI NATAL

PARADA DOS SONHOS
26 NOVEMBRO 2016 . 15H00

LOULÉ
PRAÇA DA REPÚBLICA

VEM DIVERTIR-TE NA GRANDE PARADA DE NATAL
E PREPARA-TE PARA MUITAS SURPRESAS!

e ainda...CHEGADA DO PAI NATAL
27 novembro 2016
QUARTEIRA - 10H30
ALMANCIL - 15H30

UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA

DOUTORAMENTO EM HISTÓRIA

CANDIDATURAS ABERTAS
Ano letivo 2016/2017

CONCURSO PARA ATRIBUIÇÃO DE 3 BOLSAS DE ESTUDO

Divulgação dos resultados a 7 de janeiro de 2017 em autonoma.pt